

POR QUE EMANCIPAÇÕES? QUE AMÉRICA LATINA? QUAIS TERRITÓRIOS? COMO E ONDE ESTÁ O FUTURO?

*¿POR QUÉ EMANCIPACIONES? ¿CUÁL AMÉRICA LATINA? ¿QUÉ TERRITORIOS?
¿CÓMO Y DÓNDE ESTÁ EL FUTURO??*



Aleksander AGUILAR ANTUNES¹

e-mail: antular@gmail.com



Paula NEUMANN NOVACK²

e-mail:pulanovack@gmail.com

Como referenciar este artigo:

AGUILAR-ANTUNES, ALEKSANDER.; NOVACK, PAULA NEUMANN. Por que emancipações? Que América Latina? Quais territórios? Como e onde está o futuro?. **Revista Geografia em Atos**, Presidente Prudente, 9, n. 2, p. 7-25, (2025) - Emancipaciones y territorios en América Latina, e025d001. e-ISSN: 1984-1647. DOI: <https://doi.org/10.35416/2025.11000>



- | Submetido em: 20/05/2024
- | Revisões requeridas em: 30/10/2024
- | Aprovado em: 28/02/2025
- | Publicado em: 23/05/2025

Editores: Nécio Turra Neto
Karina Malachias Domingos dos Santos
Rizia Mendes Mares

¹ Articulación Centroamericanista O Istmo, Recife – Pernambuco (PE) – Brasil. Jornalista, escritor, professor-pesquisador e articulador político-cultural.

² Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente – São Paulo (SP) – Brasil. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais (GAsPERR), na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

Revista Geografia em Atos, Presidente Prudente, v. 9, n. 2, p. 7-25, (2025), Emancipaciones y territorios en América Latina, e025d001.
DOI: <https://doi.org/10.35416/2025.11000> e-ISSN: 1984-1647



INTRODUÇÃO

A Iniciativa *Emancipaciones Latinoamericanas entre utopias y distopias* (ELAUD) é um processo de formação e proposição sociopolítica desenhado, impulsionado e coordenado pela *Articulación Centroamericana O Istmo*³. Se ocupa em promover e manter entre agentes sociopolíticos e intelectuais latino-americanos um espaço científico internacional, transdisciplinar e qualificado, sobre temas e questões vitais e urgentes na atual conjuntura global, tais como: crise sistêmica e alternativas de ordem e governança, emancipação e liberação, identidades e pertencimentos, economia e cultura, forma-Estado e territórios, soberanias e autodeterminação, poderes e futuros a partir da América Latina.

Diante de presentes distópicos, do ressurgimento em todo o planeta de ideias e práticas sociopolíticas de expulsão/destruição/eliminação que pareciam enterradas, mas foram novamente conjuradas no estágio atual do capitalismo, a Iniciativa ELAUD demonstra especial relevância ao propor (re)ativação da discussão de utopias no marco dos debates dos significados, caminhos e condições de possibilidades de mobilizar a noção de emancipação enquanto eixo geral de orientação da construção de futuros⁴.

Seu primeiro terreno de desenvolvimento colaborativo, em 2021, foi no Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas (PPGPSDH/UCPel⁵, Brasil), em aliança com a Associação Latino-Americana de Sociologia (ALAS⁶) e com o Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO⁷) – onde a *Articulación O Istmo* mantém o Grupo de Trabalho *El istmo centroamericano: perspectivas epistemológicas periféricas*⁸.

³ Na página web da *Articulación Centroamericana O Istmo* (www.oistmo.com) temos a seguinte definição: “*O Istmo es una articulación centroamericana entre académicos, artistas y activistas de diversos colectivos, movimientos, universidades e institutos de investigación en diferentes partes del mundo, alrededor de temas y problemas sociopolíticos y culturales de América Central. Se trata de una movilización política-intelectual transdisciplinar de labor colaborativa y coordinada que disponibiliza datos, referencias, análisis y herramientas digitales para ampliar el acceso a la información producida desde distintas fuentes de comunicación no hegemónica–comunitaria, popular y científica– sobre el istmo centroamericano que busca fortalecer capacidades de incidencia y enlaces entre organizaciones centroamericanas*”.

⁴ Também na página web de O Istmo é possível acessar a lista em detalhe de todas as atividades desenvolvidas pela Iniciativa ELAUD desde o início de suas atividades (outubro 2021) até o período de edição desta publicação (abril 2025): <https://oistmo.com/2025/04/12/iniciativa-elaud-por-que-las-emancipaciones-que-america-latina-quales-territor/>

⁵ <https://pos.ucpel.edu.br/ppgps/>

⁶ <https://sociologia-alas.org/>

⁷ <https://www.clacso.org/>

⁸ <https://www.clacso.org/el-istmo-centroamericano-perspectivas-epistemologicas-perifericas/>

A partir de 2023, com a tomada de consciência da equipe de coordenação ELAUD sobre a importância fundamental dos debates sobre territórios, territorialidades e produção social do espaço para os objetivos políticos deste projeto, se construíram também parcerias da Iniciativa com o Programa de Pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – campus Presidente Prudente (FCT/UNESP⁹, Brasil). Com essa instituição de referência no campo da geografia brasileira e latino-americana, além de conferências e painéis virtuais e presenciais realizados naquele ano, desenhou-se com a FCT/UNESP um projeto de publicação temática sobre as discussões-chave da Iniciativa ELAUD que resultou neste dossiê **Emancipações e Territórios na América Latina**, uma edição especial da revista Geografia em Atos (GeoAtos¹⁰), publicação científica em atividade desde 1999, vinculada ao Departamento de Geografia desta universidade.

Para executar esse projeto, em fevereiro de 2024 uma chamada internacional pública¹¹, convocando contribuições sobre temáticas ELAUD nessa prestigiosa revista, foi lançada sob coordenação do Dr. Aleksander Aguilar-Antunes e da Dra. Paula Neumann Novack. E sete textos de colegas das Humanidades, de diferentes disciplinas e em transdisciplinaridade, que transitam em densidade e rigor científico sobre e sob palavras-chave deste dossiê (“emancipações”, “territórios” e “América Latina”) foram selecionados e sistematizados para compor a publicação.

Obtivemos assim diferentes miradas, questões e regiões em análise crítica, pertinência informativa e qualidade de pesquisa, de uma ponta a outra dos territórios que denominamos como latino-americanos, do México ao Uruguai, e incluindo decisivamente também a países da América Central – especificidade latino-americana comumente invisibilizada – para conformar este material que o leitor tem em mãos.

Antes, então, de apresentarmos cada um dos capítulos que referendam este trabalho e posicionam significativamente este dossiê no *continuum* de contribuições aos debates latino americanistas, produzido de forma endógena e encarando o presente com olhos postos no futuro, vamos percorrer brevemente neste texto introdutório o terreno conceitual dos temas-chave que nos mobilizam na Iniciativa ELAUD e nesta edição especial da revista GeoAtos.

⁹ <https://www.fct.unesp.br/>

¹⁰ <https://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/index>

¹¹ <https://oistmo.com/2024/02/19/emancipaciones-y-territorios-en-america-latina-llamada-para-colaboracion-en-publicacion-tematica/>

O objetivo é estabelecer alinhamento para explorar possíveis caminhos de respostas para as seguintes perguntas convocantes: Por que emancipações? Que América Latina? Quais territórios? Como e onde está o futuro?

Emancipações

A noção de “emancipação”, e as disputas conceituais sobre o termo, é parte do nosso imaginário político há séculos. Numa certa dimensão tem sido o sonho histórico acalentado pelo gênero humano, tarefa política permanente de uma variedade de grupos sociais que quase sempre significam e atribuem sentidos distintos a essa palavra. Sua compreensão e problematização é uma das principais contribuições, por exemplo, do legado intelectual do filósofo político Ernesto Laclau (2011, p.15-16), quem em 1995, a seis anos da queda do Muro de Berlim, escreveu:

Se quiséssemos resumidamente caracterizar os traços distintivos da primeira metade da década de 1990, diria que eles podem ser encontrados na rebelião de vários particularismos – étnicos, raciais, nacionais e sexuais – contra as ideologias totalizantes que dominaram o horizonte das políticas nas décadas precedentes. Poderíamos dizer que, de algum modo, a Guerra Fria foi – na ideologia dos seus dois protagonistas – a última manifestação do Iluminismo: ou seja, estávamos lidando com as ideologias que distribuíram o conjunto das forças operantes na arena histórica em dois campos opostos: ideologias identificadas por suas próprias aspirações a uma emancipação humana global. Ambos, “mundo livre” e “sociedade comunista”, foram concebidos por seus defensores como projetos de sociedade sem fronteiras internas ou divisões. É a globalidade desses projetos que está em crise. Qualquer que seja o sinal da nova visão política que está emergindo, é claro que uma dessas dimensões básicas será a redefinição das relações existentes entre universalidade e particularidade. (Laclau, 2011, p.15-16).

Tendo as provocações laclauianas presentes, entendemos que são as lutas populares – a partir de articulações de discursos emancipatórios em disputa por mobilizar relações entre particularidades e universalidades no mundo social – os motores de possibilidades concretas de avanços sociais em sociedades democráticas. Entretanto, essas reflexões levantam as seguintes perguntas:

Podemos entender “avanços sociais” como emancipações?

Essa compreensão implica em autodeterminação?

Em que medida emancipação difere-se de liberação?

De que maneira essas compreensões se relacionam com a construção de projetos de futuros e sociedades futuras?

A noção de emancipação, que pode ser entendida como utopia, como mencionamos anteriormente, é um permanente projeto político. Em ambas compreensões exigem-se lutas

sociais e análises críticas. Em termos de projetos civilizatórios, poder e território são fundamentos do debate sobre emancipação, e em particular no nosso caso para a América Latina. Na reflexão sobre o conceito de emancipação a partir da história social e política do Sul Global – da América Latina, do Caribe e da África – emerge um léxico de profundas opressões: imperialismo, escravidão, conquista colonial. Se localiza no tempo histórico e nessas regiões subalternizadas do mundo os desejos e os movimentos por independências e soberanias nacionais, por autodeterminação dos povos, por repúblicas modernas, por autonomias de gestão territorial; episódios e processos que são constitutivos da nossa própria formação enquanto sociedades, mas que não necessariamente são momentos ou situações que encompassa por completo a noção de emancipação.

Daí a importância de remarcar a extraordinária contribuição de Aníbal Quijano (2000) ao propor o conceito de colonialidade, como o lado invisível e constituinte da Modernidade, e conectá-lo nas esferas política e econômica com a dimensão do saber. Uma intenção fundamental desse sociólogo peruano foi demonstrar o localismo (europeu) da ideia de “moderno”, compreendida e difundida, violentamente, como horizonte de totalidade e de dinâmica de organização social desejável, tal qual conformada e expandida pelos agentes do “Velho Mundo”, propagadas como se fossem valores universais quando eram apenas resultado de um conjunto de cosmovisões específicas e fatores particulares ao contexto socioeconômico de um período histórico da Europa que, entretanto, se tornou hegemônico.

Essas postulações de Quijano já fazia uma espécie de eco de ideias da segunda metade do século XX, num tipo de crítica intelectual que se convencionou chamar de pós-moderna, que já haviam começado a elaborar e a realizar essa “desconstrução” da ideia de totalidade, antes ainda da crítica pós-colonial. Os “pós-modernos”, contudo, produziram essa crítica desde dentro da história europeia e da história das ideias europeias, o que tornou suas críticas internas e limitadas ao mesmo conjunto de pensamento que pretendiam criticar. Daí a necessidade e importância do reconhecimento da “colonialidade”, proposto por Quijano, que explica a popularidade que ganhou a ideia-movimento de “descolonizar” o saber, ou seja, libera o conhecimento e as relações sociais dessa dominação anglo-saxã e eurocentrada.

Esse processo de libertação intelectual, iniciado na década de 1970, ocorreu em todo o Sul Global. Na Índia, Ranajit Guha, historiador marxista, começou a interpretar a história de seu continente com novas categorias, realizando uma crítica epistemológica ao monopólio hermenêutico dos Estados Unidos e da Europa em relação à ciência histórica. Da mesma forma,

na África, Poulin-Hountondji escreveu sua obra *Critique de l'éthnophilosophie*, em 1977, na qual levantou a necessidade de uma nova visão da periferia africana, a fim de expressar uma filosofia bantu. No final da mesma década, o pensador árabe-palestino Edward Said empreendeu uma tarefa descolonizadora fundamental em sua obra “Orientalismo - Concepções ocidentais do Oriente”, de 1978.

No entanto, na América Latina foi onde esse projeto se expressou pela primeira vez de forma deliberada por uma “libertação” histórica e filosófica da ideia de “universal”, com Enrique Dussel. Em obras como “*América Latina: dependencia y liberación*” (1973); “*Caminos de liberación latinoamericana*” (1974); y “*Método para una filosofía de la liberación*” (1974) a filosofia da libertação proposta por Dussel representa um pensamento crítico que toma consciência da realidade do mundo periférico como origem de um processo de constituição da identidade filosófica latino-americana. Surge em países que compartilham a “ferida colonial” (Mignolo, 2007 p.34), nos quais a ciência em geral, e as ciências sociais em particular, apresentam um caráter colonial, repetindo as categorias e os métodos científicos desenvolvidos nos países do Norte Global. Com o objetivo de construir uma filosofia própria que pudesse ser universalizada a partir da América Latina, que pusesse fim à dependência endossada pelos países centrais, a libertação filosófica de Dussel, tomando como ponto de partida os oprimidos da América Latina, buscou explicar criticamente as necessidades urgentes de nossos povos da “*Nuestra América*”.

Alguns anos depois de Dussel, a contribuição de “colonialidade” de Quijano nos permitiu visualizar com mais precisão sua operação histórico-social em três dimensões — ser, poder e saber. Essa operação incide diretamente na estruturação e na configuração das características próprias das sociedades latino-americanas, do poder nessas sociedades, destarte, enquanto um padrão de dominação global que é próprio do sistema-mundo, no sentido de Immanuel Wallerstein (1990).

Contudo, diante da prevalência do eurocentrismo na concepção e apreensão da realidade sociopolítica na América Latina, é possível romper com as fronteiras cognitivas que limitam e mantêm o Estado-nação moderno/colonial e suas fronteiras territoriais? Descolonizar o pensamento é o primeiro passo. É na emergência de se perceber outras epistemologias, outros princípios de conhecimento e compreensão, que se evidenciará outra economia, outra ética, outra política:

(...) la segunda descolonización –a la cual nosotros aludimos con la categoría decolonialidad- tendrá que dirigirse a la heterarquía de las múltiples relaciones raciales,

étnicas, sexuales, epistémicas, económicas y de género que la primera descolonización dejó intactas. Como resultado, el mundo de comienzos del siglo XXI necesita una decolonialidad que complemente la descolonialización llevada a cabo en los siglos XIX y XX. Al contrario de esa descolonización, la decolonialidad es un proceso de resignificación a largo plazo, que no se puede reducir a un acontecimiento jurídico-político (Grosfoguel, 2008, p.120).

Para o caso latino-americano em particular isso significa assumir uma compreensão crítica da ‘diferença epistêmica’ na formação/transformação do sistema-mundo moderno/colonial, que estabelece uma relação importante entre histórias locais e produção de conhecimento. Em geral, nossas referências predominantes de análise formaram-se com base nos conceitos de poderes, hegemonias e a economia política, que em concreto são construções históricas da modernidade europeia, e não globais, universais (Escobar, 2010). O pensamento pós-colonial, que nos provoca a revisitar a discussão sobre emancipação, exige uma crítica de várias perspectivas da hegemonia do conhecimento assim concebido.

Do ponto de vista da nossa região latino-americana, o que pondera o argentino Walter Mignolo (2007, p.56), um dos principais nomes do seminal grupo Modernidade/Colonialidade que sistematizou essas ideias para que fosse possível conceber uma “teoria decolonial”, é que:

(...) ‘América Latina’ es una consecuencia y un producto, de la geopolítica del conocimiento, esto es, del conocimiento geopolítico fabricado e impuesto por la “modernidad”, en su autodefinición como modernidad. En este sentido, “América Latina” se fue fabricando como algo desplazado de la modernidad, un desplazamiento que asumieron los intelectuales y estadistas latinoamericanos y se esforzaron por llegar a ser “modernos” como si la “modernidad” fuera un punto de llegada y no la justificación de la colonialidad del poder. (Mignolo, 2007, p.56).

Da reflexão sobre “fabricação” da identidade latino-americana que (na história colonial e na história das independências dos Estados-nacionais na região) se moveu através dos anseios por “repúblicas modernas”, como motor e objetivo do seu existir, é do que nos ocupamos sucintamente a seguir.

América Latina

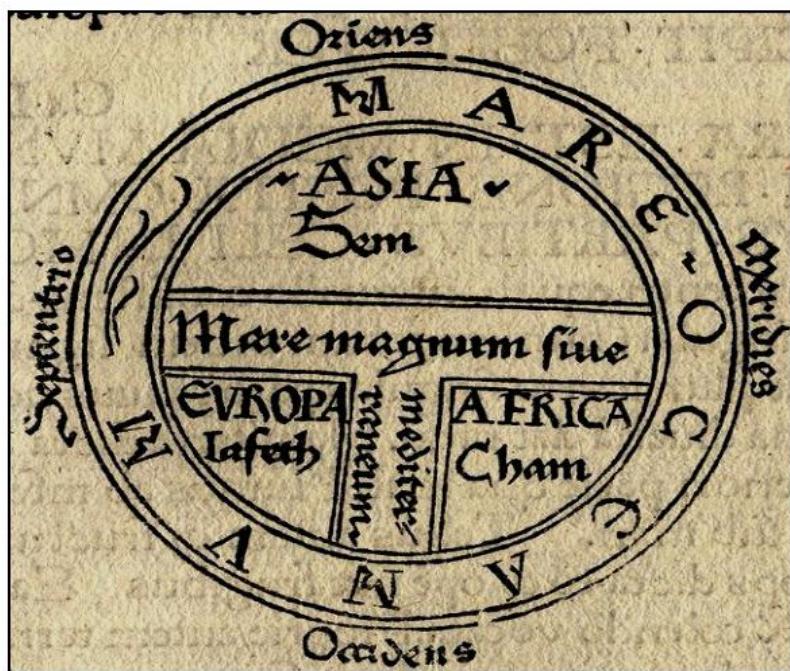
Seguindo a Silva Hernández (2006), entendemos que o ato de nomear é uma das ações primárias do processo de invenção de uma identidade.

El nombre provee una conciencia al sujeto de sí mismo, de la diferencia frente al otro y de un sentido de pertenencia. En el caso de las regiones, la nomenclatura es una construcción social, que se articula sobre la existencia de una diferencia regional respecto de otras donde se valoriza lo particular, lo propio de la región, su cultura, sus tradiciones, sus pobladores y los elementos geográficos. La región deja de ser un hecho físico para constituirse en una conciencia colectiva, en una identidad regional. (IDEAM, p.2).

A nomeação de uma região, seguindo também a Porto-Gonçalves e Quental-Araújo (2012), é ainda um ato de poder, um ato criador que, ao tempo em que permite o reconhecimento de sua existência, também favorece o controle e do espaço pela autoridade nomeadora que impõe, assim, uma visão e divisão do mundo social.

O surgimento do conceito de “América” a partir de uma visão específica à cosmologia cristã, como se depreende da história do mapa “T-em-O” é, como sabemos, uma homenagem ao navegador italiano Américo Vespúcio. Percebe-se desse exemplo cartográfico seminal que essa nomeação, arbitrária, criou o território, sobrepondo-se a outras representações de mundo que os habitantes originários atribuíam ao espaço. A designação *Abya-Yala*¹², por exemplo, foi sufocada pela violência colonial.

Figura 1 - MAPA “T-em-O”



Fonte: Quental, 2013.

¹² *Abya Yala*, na língua do povo Guna, significa Terra madura, Terra Viva ou Terra em florescimento e convencionou-se entre os povos originários da América Latina como a palavra designadora dos territórios antes de Colombo. O povo Guna é originário da Serra Nevada, no norte da Colômbia, tendo habitado a região do Golfo de Urabá e das montanhas de Darien e vive atualmente na costa caribenha do Panamá, na Comarca de Kuna Yala (San Blas). Desde os anos 1970 *Abya Yala* vem sendo usado como uma autodesignação dos povos originários do continente em oposição a América. Este termo, como vemos neste texto – embora se alegue ter sido usado pela primeira vez em 1507 pelo cosmólogo Martin Waldseemüller, (Porto-Gonçalves, 2009) – só se consagra a partir de finais do século XVIII e inícios do século XIX, adotado pelas elites crioulas para se afirmarem em contraponto aos conquistadores europeus, no bojo do processo de independência latino-americana.

A divisão do mundo antes de 1492 em três continentes correspondia – na específica forma em que graficamente se expressava na Europa, exclusivamente – ao imaginário cristão ocidental, tal como se vê no mapa acima, cuja concepção estava referenciada nos três filhos do personagem bíblico Noé: Sem (Ásia), Cam (África); Jafé (Europa).

É claro que, desconhecendo-se a existência de *Abya-Yala* naqueles lados do Atlântico, nosso território que hoje chamamos de *América* não teria representação, mas o que mais chama a atenção é o implícito na narrativa sobre repovoamento da Terra pelos descendentes de Jafé, Sem e Cam depois do dilúvio bíblico: conformação de sentidos e relações de superioridade e inferioridade na classificação, racial, dos povos segundo os continentes, tal qual se faz expresso nesse antigo mapa, particularmente relevante, porque foi nele que se baseou a cartografia mundial dos séculos XVI e XVII, quando o “Novo Mundo” já passava a ter representação gráfica a partir desses referentes.

Uma ideia própria latino-americana de pertencimento surge no início da emergência da identidade crioula no século XVII, baseada numa percepção de diferença entre os espanhóis nascidos nesse chamado Novo Mundo e os seus antepassados diretos vindos da Europa. E é esse mesmo sentimento de nacionalismo nascente que dá as bases para um sentido de interconexões do México à Argentina entre essas elites, o que, segundo (Eakin, 2004), bem se percebe na Carta de Jamaica, de Simón Bolívar, *el libertador*. Trata-se de um documento de 1815 que se fez célebre por evidenciar o desejo do mítico líder nascido na cidade de Caracas (hoje capital da Venezuela, mas à época pertencente a unidade administrativa colonial do *Virreinato de Nueva Granada*) de formar uma confederação hispano-americana com territórios que compartilhavam religião, instituições, língua e história comuns com base na trajetória colonial espanhola. Contudo, a multiplicação de unidades político-administrativas autônomas depois das guerras de independência nas primeiras décadas do século XIX tornou mais complexa, contudo, a tarefa de ver-se a unidade da área que nesse período começava a ter/ganhar nome como América Latina.

No final do século XVIII, os dois vice-reinos do império espanhol nas Américas que foram estabelecidos no período da conquista e se mantiveram por toda a história colonial (*Virreinato de Nueva España*, *Virreinato del Perú*), estavam subdivididos em quatro (a esses dois mais tarde somaram-se o *Virreinato de Nueva Granada* e o *Virreinato del Río de la Plata*), e menos de 50 anos depois do seu estabelecimento essas colônias espanholas se faziam independentes em dez Estados-nacionais. A posterior fragmentação de *Nueva Granada* (os

atuais países Colômbia, Equador, Panamá e Venezuela) e da *República Federal de Centroamérica* (este intento federativo das províncias centro-americanas da antiga entidade colonial *Capitania General de Guatemala* – franja territorial ístmica, ponte entre o Sul e o Norte do continente e passagem interoceânica entre o Atlântico e o Pacífico – vigeu apenas entre 1821 e 1838) produziu outros seis Estados na segunda metade do século XIX. Ou seja, o começo do estabelecimento de uma pluralidade de Estados-nação, enquanto entes administrativa e politicamente autônomos e amplamente diversos em culturas, tornaria ainda mais complexa as tentativas de definição de América Latina.

Que o termo, “América Latina”, surge com o poema *Las dos Américas*, do colombiano José María Torres Caicedo, em 1856, baseado na ideia de raça, parece ter ampla aceitação acadêmica. Já no começo do século XX esse nome passou de designar um rechaço ao passado colonial ibérico para denunciar o expansionismo estadunidense, no contexto das Guerras entre Espanha e Estados Unidos e da Doutrina Monroe, o que levou a famosa elaboração da consigna de *Nuestra América*, de José Martí e da icônica obra *Ariel*, de José Enrique Rodó, como metáfora do discurso anti-imperialista e da criação de uma identidade coletiva nascida do local e do interno.

Vemos a partir do que sustenta Nora Garita (2012) como as independências dos Impérios Ibero-americanos e Anglo-saxões romperam com o status de colônia, mas inaugurou a colonialidade, no sentido que já mencionamos, de Aníbal Quijano (2000). O grito das elites crioulas serviu para desatarem-se da metrópole, mas também para silenciar as vozes populares e construir processos de invisibilização da exploração indígena, da escravização africana, do ocultamente das mulheres na vida social. Na construção dos Estados-nação do século XIX, as oligarquias estabeleceram como o interesse nacional geral os seus próprios interesses. A seleção do perfil ideal de cidadão foi costurada no tecido do pensamento colonial classificatório racista, e a construção do nacional deu-se junto a produção simbólica de exclusão, com o consequente estabelecimento de desigualdades sociais.

Se a conquista, a colonização e o imperialismo, contudo, forjaram a preocupação e as lutas pela autonomia, a autodeterminação e a independência em todas as terras abaixo do Rio Grande, a América Latina, assim genericamente posta, é o resultado da busca pela identidade comum que faz frente a um outro, na América do Norte, acima desse rio, “*prepotente y abusivo*”, que se apropriou do substantivo “América”, como lembram Inés Nercesian e Julieta Rostica (2014, p.14).

Por outro lado, ao longo do século XX, as variações de identidades políticas produzidas pelas diferentes experiências nas antigas colônias aumentaram consideravelmente a percepção de diversidade. Contrastos entre regimes e sistemas de governo em países como Cuba, Nicarágua, Chile e Costa Rica mostraram-se notáveis, mas em termos comparativos a academia em geral persiste na ideia de ênfase na unidade, e a solução para os considerados *outliers* dessa ideia tem sido tipicamente recorrente: deixá-lo de fora da análise, como no caso de Porto Rico e, é claro, o Brasil.

O caso brasileiro – cuja discussão sobre sua identidade latino-americana, desde o período do fim dos imperialismos de Espanha e Portugal e suas violentas hegemonias sobre o Novo Mundo – é tema permanente e constante de reflexão e polêmica, mobilizou e segue motivando inúmeras iniciativas políticas e analíticas, especialmente no campo das Relações Internacionais, diante das grandes questões de governança global e de ordem e arquitetura do sistema internacional. No século XXI, contudo, talvez as diferenças se aprofundem de maneira tal que seja fácil falar da América Latina no passado, embora não necessariamente no futuro.

Territórios

A compreensão do território na América Latina ultrapassa a visão tradicional de um espaço físico sob domínio estatal, exigindo uma abordagem que considere sua construção coletiva e multidimensional. Autores como Souza (2009), Saquet (2009) e Haesbaert (2010) enfatizam que o território é expressão espacial das relações de poder, sendo constituído por práticas materiais, simbólicas, culturais e políticas que operam em múltiplas escalas – do cotidiano às grandes transformações históricas. Nesse contexto, o território não pode mais ser entendido como “coisa” ou base natural do Estado, mas como um processo em constante disputa e ressignificação.

Em um cenário marcado pela colonialidade, a emancipação latino-americana não pode ser reduzida à substituição de soberanias estatais. Como alerta Souza (2009), a verdadeira emancipação territorial requer a reconstrução simbólica e material dos espaços, o que implica elaborar novas formas de organização social e de exercício do poder. Movimentos como os povos indígenas, dos sem-terra, dos quilombolas e dos sem-teto materializam territorialidades insurgentes que rompem com o paradigma dominante e evidenciam o caráter fluido, processual e relacional do território.

Saquet (2009) aprofunda esse debate ao articular as dimensões da economia, política, cultura e natureza (E-P-C-N), destacando que o território é uma síntese histórica constituída por redes sociais, identidades e lutas. A dinâmica dos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR) torna-se fundamental para compreender como os grupos latino-americanos reconstroem seus espaços de vida diante de expropriações, marginalizações e resistências.

Essa crítica se articula com o pensamento de Porto-Gonçalves (2001, 2009, 2012, 2021), que propõe uma ruptura com a concepção moderna de território forjada na lógica do Tratado de Westfália (1648) e da formação dos Estados-nação. Para ele, é necessário superar a visão eurocêntrica que separa sociedade e natureza, reconhecendo que toda apropriação material é também simbólica. A crise atual é não apenas ecológica e política, mas também epistêmica, revelando os limites do conhecimento moderno e da racionalidade ocidental que legitimaram a dominação da natureza e a marginalização de saberes outros.

Nesse sentido, Haesbaert (2009) complementa ao afirmar que não existem territórios puramente funcionais ou simbólicos. Toda territorialidade é composta por múltiplas dimensões – políticas, econômicas e culturais – e está intimamente ligada à forma como os sujeitos organizam e significam seus espaços. O território, portanto, deve ser compreendido como um espaço de vida, resistência e identidade.

Atualmente, a América Latina vivencia experiências inovadoras de construção territorial, muitas vezes protagonizadas por grupos historicamente subalternizados. Exemplos como a Selva de Petén (Guatemala), a bacia do rio Coco (Honduras e Nicarágua), as reservas de Bosawás (Nicarágua), Talamanca (Costa Rica e Panamá) e Darién (Panamá e Colômbia) ilustram práticas bioculturais de territorialização em que povos indígenas e afrodescendentes reinventam seus modos de habitar e de se relacionar com a terra (Aguilar-Antunes, et al., 2022). Mesmo sob pressão de fronteiras nacionais, projetos extrativistas e infraestrutura, essas comunidades resistem e (re)existem.

Ou seja, novas territorialidades emergem a partir da ação de indígenas, camponeses, mulheres, negros, quilombolas e migrantes. Esses sujeitos não apenas resistem à opressão, mas reconstroem modos de vida que desafiam tanto a hegemonia do Estado-nação quanto a lógica capitalista e financeirizada da vida. O paradigma territorial da modernidade europeia, ao separar natureza e cultura, consolidou a colonialidade como base da organização territorial do poder – questão axial incisivamente criticada por Porto-Gonçalves (2009), como vimos anteriormente

– é confrontada diante dessas ações/reflexões que constituem um processo de reapropriação social da natureza e de insurgência epistêmica.

A perspectiva crítica da ecologia política latino-americana (Porto-Gonçalves, 2009; 2012) destaca ainda que o discurso do “desenvolvimento sustentável” frequentemente opera como uma nova forma de colonização. Desde os anos 1960, movimentos indígenas, camponeses e afrodescendentes passaram a articular saberes ancestrais com novas formas de resistência política. Conceitos como descolonização, interculturalidade, transmodernidade e o *Buen Vivir* (*Sumak Kawsay/Suma Qamaña*, nas línguas Quechua e Aymara, respectivamente) oferecem alternativas viáveis e enraizadas aos modelos ocidentais de progresso e desenvolvimento.

As lutas territoriais, ao reivindicarem o direito à diferença, à dignidade e à autonomia, colocam em xeque as lógicas extrativistas e mercantilistas. Processos de desterritorialização promovidos pela mineração, pelo agronegócio e pelas grandes obras de infraestrutura agravam desigualdades socioambientais e intensificam a crise ecológica global. Atento a esta conjuntura, Porto-Gonçalves (2021) propõe um novo léxico teórico-político que se constrói a partir das resistências populares e dos saberes territoriais latino-americanos. Emancipar-se, hoje, significa “geo-grafar” novos modos de habitar o mundo, construindo territórios que integrem natureza e cultura, ancestralidade e futuro, luta e vida. O território deixa de ser apenas uma base geopolítica e se transforma em horizonte de sentido civilizatório. A luta por território é também uma luta por memória, reconhecimento e pela possibilidade de existir fora dos marcos coloniais do desenvolvimento e do Estado-nação. É, enfim, a construção coletiva de outras formas de vida.

É nesse contexto que os textos que compõem este dossiê aprofundam empiricamente e teoricamente as questões levantadas acima, mostrando como diferentes populações da América Latina enfrentam a colonialidade do poder, a lógica capitalista e os modelos estatais excludentes ao reivindicarem seus territórios como espaços de resistência e (re)existência.

Os textos neste Dossiê

O artigo **As emancipações e as lutas populares na América Latina e no Caribe: da emancipação humana à emancipação da natureza**, de Lia Pinheiro Barbosa, analisa as lutas populares na América Latina e no Caribe, ampliando o conceito de emancipação para além da dimensão humana e incorporando a emancipação da natureza. A autora discute como

movimentos indígenas, camponeses e quilombolas resistem à territorialização do capital e à dominação imperialista, lutando pela autonomia territorial e pelo direito à terra, enquanto denuncia a expropriação de terras e recursos naturais como um dos principais mecanismos de dominação colonial e capitalista. Nesse sentido, critica o modelo de desenvolvimento neoliberal, que aprofunda a exploração dos territórios por meio de tratados de livre comércio e políticas de espoliação, e destaca como os movimentos sociais latino-americanos propõem novas formas de relação entre humanos e natureza, inspiradas em cosmovisões indígenas e no conceito de "bem viver". Ao resgatar experiências históricas de resistência, como o zapatismo e as lutas indígenas, a autora enfatiza que a emancipação deve ser entendida de forma ampla, incorporando a defesa da natureza como parte inseparável da luta por justiça social e territorial.

O texto intitulado **Del Uruguay a la América Latina como Problema: Arielismo, Geopolítica e Historia en Alberto Methol Ferré**, de Manuel López Forjas, analisa o pensamento do intelectual uruguai Alberto Methol Ferré, com ênfase em sua visão sobre a identidade latino-americana e a necessidade de integração regional. Baseando-se no livro *El Uruguay como problema*, o estudo destaca a concepção do Uruguai como um "Estado-tampão" entre Brasil e Argentina, criado para impedir a unidade do Cone Sul. Methol Ferré argumenta que essa fragmentação territorial representa um obstáculo à soberania real dos países latino-americanos, defendendo, em resposta, a construção de uma "Pátria Grande", inspirada tanto no arielismo de José Enrique Rodó quanto nos ideais bolivarianos. O autor também examina o papel dos impérios britânico e norte-americano na divisão da região e ressalta a urgência de um projeto de integração econômica e política como forma de superar a dependência externa.

O artigo **Disputa del Territorio, Marcos Internacionales de Desarrollo y Política Pública para la Emancipación Territorial: El Caso del Programa Altépetl en la Ciudad de México**, de Miguel Ángel Paz Carrasco e Pierre-Olivier Sire analisa o Programa Altépetl, criado em 2019 na Cidade do México para proteger territórios indígenas e rurais frente à urbanização. A iniciativa oferece incentivos financeiros às comunidades que se preocupam com a preservação, sendo influenciada por diretrizes internacionais como os Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA). Os autores discutem as tensões entre o modelo neoliberal de desenvolvimento urbano e estratégias comunitárias de preservação, defendendo a autogestão como alternativa mais eficaz. O estudo destaca o Programa Altépetl como exemplo de política pública que promove a autonomia comunitária e resiste à especulação imobiliária.

O texto **Agua, Modernización y Política Pública: infraestructura hídrica y la transformación del territorio indígena Maleku en Costa Rica (1860–1996)**, de Julián Cruz Carrillo, analisa a transformação do território hidrossocial do povo indígena Maleku a partir da imposição de projetos estatais de modernização, especialmente por meio de infraestruturas hídricas. A urbanização e os aquedutos deslocaram práticas coletivas e espirituais ligadas à água, substituindo o uso comunitário por sistemas privados, o que desestruturou a vida social e cultural dos Maleku. Embora tenham melhorado indicadores de saúde, essas intervenções reforçaram a colonialidade ao impor modelos ocidentais de gestão territorial. O autor defende políticas públicas interculturais que valorizem a água e o território como elementos centrais da identidade e autonomia indígena.

O artigo de Amanda Martínez e Ridivaldo Procópio, **Dos Cantos Silenciosos das Favelas Brasileiras às Narrativas Silenciadas em Territórios Caribenhos Nicaragüenses**, compara a favela do Coque, em Recife/Brasil, e a comunidade Bangkukuk Taik, na Nicarágua, analisando como ambos os territórios periféricos enfrentam processos de marginalização estruturados pela colonialidade e pelo capitalismo global. A partir de uma perspectiva crítica e comparativa, os autores destacam que, apesar das diferenças geográficas e culturais, estas comunidades desenvolvem formas de resistência, autogestão e organização política voltadas à defesa de seus territórios. O estudo insere essas experiências no contexto da periferia global, enfatizando que a exclusão não é resquício do passado, mas parte ativa da lógica capitalista. A governança indígena e afrodescendente em Bangkukuk Taik e as estratégias de enfrentamento urbano no Coque ilustram caminhos de emancipação territorial, sustentados por redes de solidariedade e saberes locais.

O texto de Gabriela Gois, **Geografias Quilombolas e Experiências de Articulação Política no Sul do Rio Grande do Sul**, analisa a dimensão política dos territórios quilombolas a partir da experiência da comunidade Alto do Caixão, na Serra dos Tapes (RS). A autora investiga como essas populações constroem seus territórios diante das desigualdades sociais, raciais e territoriais, articulando-se por meio de discussões, associações e práticas cotidianas de resistência. A agricultura é destacada como eixo central da autonomia quilombola, por sustentar a vida, preservar saberes ancestrais e confrontar estruturas exclucentes. Inserido no debate sobre emancipação territorial na América Latina, o estudo evidencia os quilombos como formas alternativas de organização social e política que desafiam os modelos estatais e capitalistas, combinando lutas institucionais e autônomas na defesa da terra, dos direitos e da ancestralidade.

O artigo **Paradigmas, Territórios e Agroecologia no Brasil: As Tecnologias Socioterritoriais Construídas pelo MST no Assentamento Rodeio**, de Lara Dalperio Buscioli, Wuelliton Felipe Peres Lima e Bernardo Mançano Fernandes, analisa a agroecologia como estratégia de resistência ao capitalismo, destacando as tecnologias socioterritoriais (TST) desenvolvidas pelo MST no Assentamento Rodeio, em Presidente Bernardes/SP. A pesquisa mostra como práticas como o uso de sementes crioulas, a produção agroecológica e formas alternativas de comercialização fortalecem a autonomia camponesa e a soberania alimentar. O estudo aponta as TST como ferramentas políticas de construção de territórios sustentáveis e autônomos, alinhadas a lutas campesinas, indígenas e afrodescendentes contra o modelo hegemônico do agronegócio.

E os futuros?

A Iniciativa ELAUD, cujo eixo axial a mantém atenta aos problemas e questões do presente e ativa na mobilização de pensar o futuro, neste dossiê traz discussões particularmente relevantes à luz do atual ressurgimento de ideias e práticas sociopolíticas destrutivas no presente estágio do capitalismo global. Nesta publicação, assim como no demais projetos ELAUD, buscamos refletir e sistematizar pensamentos e práticas comprometidos com processos emancipatórios para contribuir com a geração de novos horizontes utópicos em contextos distópicos, com a construção de críticas sistêmicas propositivas, justas, dignas e que valorizem o direito à diversidade e à qualidade de vida.

A prática atual na política institucional latino-americana baseia-se na lógica da soberania nacional do Estado Westfaliano, caracterizada pela competição e pelo individualismo que constituem a ordem moderna-ocidental-liberal e orientam as práticas hegemônicas da geopolítica internacional. As cosmopolíticas dos povos indígenas e tradicionais da região que nos convidam a pensar outras ordens sociopolíticas costumam ser invisíveis ou depreciadas. Estes povos são obrigados a defender-se de formas cada vez mais articuladas, inclusive e muitas vezes com especial ênfase na interface tecnológica/digital, das frequentes políticas extrativistas promovidas ou apoiadas nos seus territórios pelos governos dos Estados nacionais.

Diante dessa complexa construção conceitual do território como espaço de disputa e resistência, torna-se fundamental compreender a profundidade desse conceito. É necessário, ainda, analisar como tais ideias se materializam em experiências concretas de luta e reorganização social.

Os artigos apresentados aqui compartilham a preocupação com a relação entre território e emancipação na América Latina, demonstrando como diferentes grupos – indígenas, quilombolas, camponeses e moradores de periferias urbanas – enfrentam processos históricos e contemporâneos de marginalização. Seja no contexto da favela do Coque, da comunidade Bangkukuk Taik, dos territórios quilombolas do Sul do Brasil ou do povo Maleku na Costa Rica, as lutas pela terra e pela identidade cultural aparecem como estratégias centrais de resistência contra o avanço do capitalismo global e da colonialidade. Em todos esses casos, o território é mais do que um espaço físico: é um eixo de organização social, de transmissão de saberes, ancestrais e hodiernos, de possibilidades de construção de alternativas políticas e econômicas ao modelo hegemônico de desenvolvimento.

Além disso, os artigos deste dossiê evidenciam que a emancipação territorial não ocorre apenas pela disputa legal por terras, mas também pela construção de formas autônomas de governança e de vida. As experiências analisadas demonstram que a resistência se manifesta por meio da agroecologia, da educação bilíngue intercultural, da autogestão comunitária e da criação de redes de solidariedade que ultrapassam fronteiras nacionais. As análises e reflexões deste dossiê ELAUD, que a revista GeoAtos atinada e gentilmente possibilitou ser compilado, reforçam que a emancipação territorial na América Latina não se limita a um processo jurídico ou estatal, mas envolve luta contínua contra a expropriação e a imposição de modelos econômicos, que fortaleça identidades coletivas e modos de vida sustentáveis em meio a desafios estruturais e políticos, reinvenções de lutas e recriação de utopias.

A necessidade de reconhecer que crise atual é não apenas ecológica e política, senão sistêmica, porque é também epistêmica, nela revela-se os limites do conhecimento moderno e da racionalidade ocidental que legitimaram a dominação da natureza e a marginalização de saberes outros. Ressalta-se a importância de pensar futuros, para caminhar para horizontes que pretendem ir além do paradigma do desenvolvimento e alcançar novos tipos de institucionalidade em que a divisão entre natureza e sociedade não seja óbvia nem desejada. Queremos contribuir na construção de alternativas que ativem a utopia do futuro em meio das distopias do presente.

Referências

- AGUILAR-ANTUNES, A. et al. Introducción. Entre puente y estrecho: el istmo centroamericano. *Historia, actualidad y cuestionamientos sobre la región centroamericana*

en su bicentenario. Serie América Central en perspectiva ístmica, v. 1. São Paulo: Edições EACH, 2022. Disponível em:

<https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/943/854/3101>. Acesso em: 7 fev. 2025.

EAKIN, Marshall. Does Latin America Have a Common History? *Vanderbilt e-Journal of Luso-Hispanic Studies*, v. 1, p. 29–49, 2004. Disponível em:

<http://ejournals.library.vanderbilt.edu/index.php/lusohispanic/article/view/3179>. Acesso em: 7 fev. 2023.

ESCOBAR, Arturo. Latin America at a Crossroad: alternative modernizations, post-liberalism, or post-development? *Cultural Studies*, v. 24, n. 1, p. 1–65, 2010.

GARITA, Norman. Los espacios en blanco de la historia: la “otra” integración centroamericana. In: MARTINS, Paulo Henrique; RODRIGUES, Celi (org.). *Fronteiras abertas da América Latina: diálogo no ALAS - Associação Latino-americana de Sociologia*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 80, p. 115–147, mar. 2008.

HAESBAERT, Rogério. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 95–120.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

LACLAU, Ernesto. *Emancipação e diferença*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

MIGNOLO, Walter. The rhetoric of modernity, the logic of coloniality and the grammar of de-coloniality. *Cultural Studies*, v. 21, n. 2-3, p. 449–514, 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/09502380601162647>. Acesso em: 7 fev. 2023.

NERCESIAN, Inés; ROSTICA, Julieta. *Todo lo que necesitas saber sobre América Latina*. Buenos Aires: Paidós, 2014.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter.; QUENTAL, Pedro de Araújo. Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. *Revista Polis*, 2012. Disponível em: <http://polis.revues.org/3749>. Acesso em: 7 fev. 2023.

- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Geo-grafías: movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2001.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Entre América e Abya Yala – tensões de territorialidades. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, v. 20, n. 1, p. 25–30, 2009.
- Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/16231/10939>. Acesso em: 21 abr. 2025.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A ecologia política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. *INTERthesis: Revista Internacional Interdisciplinar*, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 16–50, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/2175-1803.2012v9n1p16>. Acesso em: 4 abr. 2025.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Outros horizontes para a Geografia: pela vida, pela dignidade e pelo território. In: CATTANEO, Dilermano; CÂMARA, Marcelo Argenta; SILVEIRA, Renata Ferreira da (org.). *Geografias das R-existências*. Ponta Grossa: Monstro dos Mares, 2021. p. 19–38.
- QUENTAL, Pedro de Araújo. A latinidade do conceito de América Latina. *GEOgraphia*, Niterói, v. 14, n. 27, p. 46–75, 2013.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. *Journal of World-System Research*, Riverside, v. 11, n. 2, jun./dez. 2000.
- SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73–94.
- SILVA HERNÁNDEZ, María. El nombre de Centroamérica y la invención de la identidad regional. In: *Coloquio Internacional Creando las Nación: Los Nombres de los Países de América Latina: Identidades Políticas y Nacionalismos*; 2006 jun. 28-30, México D.F.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 57–72.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *O sistema mundial moderno: vol. 1*. Portugal: Editora Afrontamento, 1990.